

DECLARAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA DE TERCEIROS

Eu, _____,
RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à
Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade/Estado _____,
declaro, para fins de direito, sob as penas da legislação cabível, que ajudo financeiramente o(a)
Sr(a) _____ com o valor mensal
de aproximadamente R\$ _____ (_____).

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940 e acarretará a suspensão do benefício.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

DECLARAÇÃO DE CASA CEDIDA

Eu _____,
RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à
Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade/Estado _____, declaro
sob as penas da lei, que resido com a minha família, por tempo indeterminado, num imóvel cedido
pelo(a) Sr.(Sra.) _____,
parentesco _____, RG nº _____, CPF _____.
A casa situa-se à Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade/Estado _____, CEP _____.

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940 e acarretará a suspensão do benefício.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO

Eu _____,
RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a)
à Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade/ Estado _____,

declaro sob as penas da lei, que estou desempregado(a) e não possuo fonte de renda, conforme apresentação da carteira profissional em anexo.

Estou ciente de que ao iniciar em novo emprego ou vir a ter renda, devo apresentar os comprovantes ao Setor de Serviço Social para nova avaliação socioeconômica sob pena de indeferimento do pedido ou no cancelamento da concessão da bolsa de estudos.

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL OCUPADO IRREGULARMENTE

Eu, _____
RG nº _____ CPF nº _____,
declaro sob as penas das Leis Civil e Penal que o imóvel em que resido desde ____/____/_____,
encontra-se em situação irregular. Esse imóvel localiza-se à: _____
_____ nº _____ Bairro: _____ Cidade/Estado: _____.

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940 e acarretará a suspensão do benefício.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Eu, _____,
RG/CNH nº _____, órgão expedidor: _____, UF: _____, CPF _____,
endereço _____,
CEP _____, cidade/ Estado _____, telefone(s) _____,

DECLARO ser isento(a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s) exercício(s) _____ por não incorrer em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura

* Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na internet, no seguinte endereço eletrônico:

<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira. Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM EMPRESAS OU PESSOA JURÍDICA

Eu _____,
RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a)
à Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade/ Estado _____, declaro sob as
penas da lei, que não possuo participação societária em empresas ou pessoa jurídica.

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE ALUGUEL

Eu _____,
RG nº _____, CPF nº _____,
declaro que pago um aluguel de R\$ _____ do imóvel situado à
Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade _____,
ao (a) Sr (a) _____.

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940 e acarretará a suspensão do benefício.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO OU RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu _____,
RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a)
à Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade/ Estado _____, declaro sob as
penas da lei, que pago (___) ou recebo (___) mensalmente pensão alimentícia no valor mensal de
R\$ _____ ao (a) meu (minha) filho (a) /ou filhos.

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

DECLARAÇÃO DE RENDA INFORMAL
(Bicos, Trabalhador autônomo, Prestador de Serviço, Profissional Liberal)

Eu _____,
RG nº _____, CPF nº _____,
residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade/Estado _____,
declaro sob as penas da lei que a minha renda bruta mensal declarada na ficha socioeconômica é
proveniente das minhas atividades profissionais como _____.

Meses	Valor bruto de cada mês
1-	R\$
2-	R\$
3-	R\$

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Eu _____,

RG nº _____, CPF nº _____,

e _____,

RG nº _____, CPF nº _____, residentes e domiciliados à

Rua _____, nº _____

Bairro _____, Cidade/Estado _____,

juridicamente capazes, declaramos, sob as penas da Lei, que convivemos em união estável, de natureza familiar, pública e duradoura, de acordo com os preceitos contidos na Lei 9.278, de 10 de maio de 1996, a qual regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

Declaramos, ainda, que estamos cientes das penas previstas no Art. 299 do Código Penal Brasileiro, caso seja comprovada a falsidade nesta declaração.

Assinatura do 1º Declarante

Assinatura do 2º Declarante

_____, ____ de _____ de 20____.

DECLARAÇÃO IMÓVEL SEM DOCUMENTAÇÃO

Eu, _____

RG: nº _____ CPF: nº _____,

declaro sob as penas das Leis Civil e Penal que o imóvel em que resido desde ____/____/____ até a presente data, encontra-se sem documentação. Esse imóvel não tem escritura ou contrato de compra e venda, situado no endereço: _____

nº _____ Bairro: _____ Cidade/ Estado _____.

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940 e acarretará a suspensão do benefício.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à
Rua _____, nº _____,
Bairro _____, Cidade _____, declaro,
para fins de direito, sob as penas da legislação cabível, que não recebo pensão alimentícia e/ou
qualquer outro tipo de ajuda financeira para o(a) meu (minha) filho(a) /ou filhos.

Declaro, ainda sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, afirmo ciente de que a falsidade ou divergência nas informações aqui contidas constitui crime de falsidade ideológica, conforme Código Penal Brasileiro, Art.299 do decreto-lei 2.848/1940 e acarretará a suspensão do benefício.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante